

DAVID RICARDO

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA E TRIBUTAÇÃO

Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni



Editora Nova Cultural,
uma divisão do Círculo do Livro Ltda.

Copyright © desta edição 1996, Círculo do Livro Ltda.

Alameda Ministro Rocha Azevedo, 346 - 11º andar
CEP 01410-901 - São Paulo - SP

Título original:

On the Principles of Political Economy and Taxation

Direitos exclusivos sobre a Apresentação de
autoria de Felipe Macedo de Holanda,
Editora Nova Cultural Ltda., São Paulo

Direitos exclusivos sobre as traduções deste volume:
Círculo do Livro Ltda.

Impressão e acabamento: Gráfica Círculo

ISBN 85-351-0830-0

CAPÍTULO I

Sobre o Valor

Seção I

O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho

Adam Smith observou que

"a palavra valor tem dois significados diferentes, expressando, algumas vezes, a utilidade de algum objeto particular, e, outras vezes, o poder de comprar outros bens, conferido pela posse daquele objeto. O primeiro pode ser chamado *valor de uso*; o outro, *valor de troca*. As coisas que têm maior valor de uso", continua ele, "têm frequentemente pequeno ou nenhum valor de troca; e, ao contrário, as que têm maior valor de troca têm pequeno ou nenhum valor de uso".²

Água e o ar são extremamente úteis; são, de fato, indispensáveis à existência, embora, em circunstâncias normais, nada se possa obter em troca deles. O ouro, ao contrário, embora de pouca utilidade em comparação com o ar ou com a água, poderá ser trocado por uma grande quantidade de outros bens.

A utilidade, portanto, não é a medida do valor de troca, embora lhe seja absolutamente essencial. Se um bem não fosse de um certo modo útil — em outras palavras, se não pudesse contribuir de alguma

² SMITH, Adam. *Wealth of Nations*, Livro Primeiro. Cap. IV. (N. da Ed. Inglesa.)

maneira para a nossa satisfação —, seria substituído de valor de troca, por mais escasso que pudesse ser, ou fosse qual fosse a quantidade de trabalho necessária para produzi-lo.

Possuindo utilidade, as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las.

Algumas mercadorias têm seu valor determinado somente pela escassez. Nenhum trabalho pode aumentar a quantidade de tais bens, e, portanto, seu valor não pode ser reduzido pelo aumento da oferta. Algumas estátuas e quadros famosos, livros e moedas raras, vinhos de qualidade peculiar, que só podem ser feitos com uvas cultivadas em terras especiais, das quais existe uma quantidade muito limitada, são todos desta espécie. Seu valor é totalmente independente da quantidade de trabalho originalmente necessária para produzi-los, e oscila com a modificação da riqueza e das preferências daqueles que desejam possuí-los.

Essas mercadorias, no entanto, são uma parte muito pequena da massa de artigos diariamente trocados no mercado. Sem dúvida, a maioria dos bens que são demandados é produzida pelo trabalho. E esses bens podem ser multiplicados não apenas num país, mas em vários, quase ilimitadamente, se estivermos dispostos a dedicar-lhes o trabalho necessário para obtê-los.

Ao falar, portanto, das mercadorias, de seu valor de troca e das leis que regulam seus preços relativos, sempre nos referiremos somente àsque-las mercadorias cuja quantidade pode ser aumentada pelo exercício da atividade humana, e em cuja produção a concorrência atua sem obstáculos.

Nas etapas primitivas da sociedade, o valor de troca de tais mercadorias, ou a regra que determina que quantidade de uma deve ser dada em troca de outra, depende quase exclusivamente da quantidade comparativa de trabalho empregada a cada uma.

"O preço real de qualquer coisa", diz Adam Smith, "o que realmente custa ao homem que deseja obtê-la, é a fadiga e o esforço de adquiri-la. O que qualquer coisa realmente vale para quem a obteve, e que deseja dispor dela ou trocá-la por qualquer outra, é a fadiga e o esforço que ela pode poupar-lhe, e que ele pode impor a outras pessoas. O trabalho foi o primeiro preço — a moeda original que serviu para comprar e pagar todas as coisas."³ Mais ainda, "Naquele primitivo e rude estado da sociedade, que precede a acumulação do capital e a apropriação da terra, a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir diferentes objetos parece a única circunstância capaz de fornecer uma regra para trocá-los um por outro. Se numa nação de caçadores, por exemplo, caçar um castor custa geralmente o

dobro do trabalho de abater um gamo, um castor deveria naturalmente ser trocado por, ou valer, dois gamos. É natural que aquilo que é habitualmente o produto do trabalho de dois dias ou de duas horas deva valer o dobro daquilo que é habitualmente o produto do trabalho de um dia ou de uma hora."⁴

Que este é realmente o fundamento do valor de troca de todas as coisas, à exceção daquelas que não podem ser multiplicadas pela atividade humana, eis uma doutrina de extrema importância na Economia Política; pois de nenhuma outra fonte brotam tantos erros nem tanta diferença de opinião, nesta ciência, quanto das idéias confusas que estão associadas à palavra valor.

Se a quantidade de trabalho contida nas mercadorias determina o seu valor de troca, todo acréscimo nessa quantidade de trabalho deve aumentar o valor da mercadoria sobre a qual ela foi aplicada, assim como toda diminuição deve reduzi-lo.

Adam Smith, que definiu com tanta exatidão a fonte original do valor de troca, e que coerentemente teve de sustentar que todas as coisas se tornam mais ou menos valiosas na proporção do trabalho empregado para produzi-las, estabeleceu também uma outra medida-padrão de valor, e se refere a coisas que são mais ou menos valiosas segundo sejam trocadas por maior ou menor quantidade dessa medida-padrão. Como medida-padrão ele se refere algumas vezes ao trigo, outras ao trabalho; não à quantidade de trabalho empregada na produção de cada objeto, mas à quantidade que este pode comprar no mercado, como se ambas fossem expressões equivalentes e como se, em virtude de se haver tornado duas vezes mais eficiente o trabalho de um homem, podendo este produzir, portanto, o dobro da quantidade de uma mercadoria, devesse esse homem receber, em troca, o dobro da quantidade que antes recebia.

Se isso fosse verdadeiro, se a remuneração do trabalhador fosse sempre proporcional ao que ele produz, a quantidade de trabalho empregada numa mercadoria e a quantidade de trabalho que essa mercadoria compraria seriam iguais e qualquer delas poderia medir com precisão a variação de outras coisas. Mas não são iguais. A primeira é, sob muitas circunstâncias, um padrão invariável, que mostra corretamente as variações nas demais coisas. A segunda é sujeita a tantas flutuações quanto as mercadorias que a ela sejam comparadas. Adam Smith, após haver mostrado habilmente a insuficiência de um meio variável, como o ouro e a prata, para a determinação do valor variável das outras coisas, acabou escolhendo uma medida não menos variável, ao eleger o trigo ou o trabalho.

O ouro e a prata, indubitavelmente, estão sujeitos a flutuações

resultantes da descoberta de minas novas e mais abundantes. Tais descobertas, no entanto, são raras, e seus efeitos, embora intensos, estão limitados a períodos de duração relativamente curta. Estão ainda sujeitos a flutuações decorrentes de melhoramentos nos métodos e na maquinaria com que se exploram as minas, pois, em consequência deles, se pode obter maior quantidade desses metais com o mesmo trabalho. São sujeitos, além disso, à flutuação gerada pela produção decrescente das minas, depois que estas, por sucessivas gerações, proporcionaram ao mundo seu suprimento. Mas de qual dessas fontes de flutuação está isento o trigo? Não varia, também, por um lado, devido ao aperfeiçoamento na agricultura, na maquinaria e nos implementos utilizados no cultivo, assim como em virtude da descoberta de novas extensões de terras férteis que podem ser cultivadas em outros países, e que afetarão o valor do trigo em todo o mercado onde seja livre a importação? E não é o trigo, por outro lado, sujeito a aumentos de valor decorrentes de proibições de importação, do aumento da população e da riqueza, e da maior dificuldade para obter uma oferta crescente, considerando-se que o cultivo de terras inferiores exige uma quantidade maior de trabalho? E não será o valor do trabalho igualmente variável, sendo afetado não apenas, como todas as outras coisas, pela proporção entre a oferta e a demanda, que se modifica uniformemente com cada mudança na situação da sociedade, mas também pela alteração no preço dos alimentos e de outros gêneros de primeira necessidade nos quais se gasta o salário?

Num mesmo país, para a produção de uma dada quantidade de alimentos e de outros gêneros de primeira necessidade, pode ser exigido, em determinada época, o dobro do trabalho que seria preciso numa época anterior, podendo, no entanto, diminuir muito pouco a remuneração do trabalhador. Se, na primeira época, o salário do trabalhador fosse constituído por certa quantidade de alimentos e de outros gêneros de primeira necessidade, possivelmente ele não subsistiria, se essa quantidade se reduzisse. Nesse caso, os alimentos e outros gêneros de primeira necessidade teriam encarecido 100%, se fossem avaliados pela *quantidade* de trabalho necessária para sua produção, enquanto o aumento de valor teria sido muito pequeno, se este se medisse pela quantidade de trabalho pela qual poderiam ser trocados.

Observação idêntica podemos fazer em relação a dois ou mais países. Na América e na Polónia, nas terras recentemente cultivadas, um ano de trabalho de certo número de homens produzirá muito mais trigo que numa terra das mesmas características situada na Inglaterra. Ora, supondo que todos os demais gêneros de primeira necessidade sejam igualmente baratos nesses três países, não seria um grande erro concluir que a quantidade de trigo conferida a cada trabalhador seria proporcional, em cada país, à facilidade de produção?

Se os sapatos e a roupa do trabalhador pudessem ser produzidos, graças ao aperfeiçoamento da maquinaria, com um quarto do trabalho

atualmente necessário para sua fabricação, tornar-se-iam provavelmente uns 75% mais baratos; mas é tão improvável que o trabalhador ficasse capacitado a consumir permanentemente quatro casacos ou quatro pares de sapatos em vez de um, que certamente seus salários logo seriam ajustados, pelo efeito da concorrência e pelo estímulo ao crescimento populacional, aos novos valores dos gêneros de primeira necessidade em que são gastos. Se aqueles aperfeiçoamentos se estendessem a todos os bens consumidos pelo trabalhador, ao fim de poucos anos o encontraríamos provavelmente gozando de pouca ou nenhuma melhoria, embora o valor de troca daquelas mercadorias comparado com o de outras, em cuja fabricação não se introduziu nenhum aperfeiçoamento, houvesse sofrido considerável redução, e embora aqueles bens fossem o produto de uma quantidade de trabalho consideravelmente reduzida.

Não é correto, portanto, dizer, como Adam Smith, que, "como o trabalho muitas vezes poderá comprar maior quantidade e outras vezes menor quantidade de bens, o que varia é o valor deles e não o do trabalho que os adquire", e que, "portanto, o trabalho, não variando *jamais de valor*, é o único e definitivo padrão real pelo qual o valor de todas as mercadorias pode ser comparado e estimado em todos os tempos e em todos os lugares". Mas é correto dizer, como dissera anteriormente Adam Smith, "que a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir diferentes objetos parece ser a única circunstância capaz de oferecer alguma regra para trocá-los uns pelos outros", ou, em outras palavras, que a *quantidade comparativa de mercadorias* que o trabalho produzirá é que determina o valor relativo delas. Presente ou passado, e não as quantidades comparativas de mercadorias que são entregues ao trabalhador em troca de seu trabalho.

Duas mercadorias variam em valor relativo, e desejamos saber em qual delas a variação realmente ocorreu. Se compararmos o atual valor de uma delas com sapatos, meias, chapéus, ferro, açúcar e todas as outras mercadorias, veremos que ela pode ser trocada exatamente pela mesma quantidade daqueles bens pela qual se trocava anteriormente. Se compararmos a outra com essas mesmas mercadorias, verificaremos que variou em relação a todas elas. Podemos, então, com grande probabilidade, inferir que a variação ocorreu nesta mercadoria e não naquelas com as quais a comparamos. Se, ao examinar ainda mais detalhadamente todas as circunstâncias ligadas à produção dessas mercadorias, observarmos que precisamente a mesma quantidade de trabalho e de capital é necessária para a confecção de sapatos, meias, chapéus, ferro, aço, açúcar etc., mas que não é necessária a mesma quantidade que antes para produzir a única mercadoria cujo valor relativo se alterou, a probabilidade se transforma em certeza, e podemos estar seguros de que a variação ocorreu naquela única mercadoria. Então, descobriremos também a causa da sua variação.

Se verifico que uma onça de ouro pode ser trocada por uma quan-

tidade menor de todas as mercadorias acima mencionadas e de muitas outras, e se, além disso, observo que, pela descoberta de uma mina nova e mais rica, ou pelo emprego de maquinaria mais eficiente, uma dada quantidade de ouro pode ser obtida com menor quantidade de trabalho, podemos dizer, com razão, que a causa da mudança no valor do ouro, relativamente a outras mercadorias, foi a maior facilidade de produzi-lo ou a menor quantidade de trabalho necessário para obtê-lo. Igualmente, se o valor do trabalho diminuisse consideravelmente em relação a todas as outras coisas, e se descobrissemos que essa diminuição resultava de uma nova oferta abundante, estimulada pela grande facilidade com que eram produzidos o trigo e todos os outros gêneros de primeira necessidade para o trabalhador, penso que seria correto afirmar que o valor do trigo e dos outros bens necessários diminuiu por causa da menor quantidade de trabalho necessária para produzi-los, e que essa maior facilidade para suprir o sustento do trabalhador ocasionou uma redução do valor do trabalho. Não, dizem Adam Smith e Malthus,⁵ no caso do ouro, você estava certo, considerando sua variação como uma queda de seu valor, porque o trigo e o trabalho não variavam; e, como o ouro comprava uma menor quantidade deles, assim como de outras coisas, era correto dizer que todas estas estacionaram e que somente o ouro variou. Mas, quando o valor do trigo e do trabalho diminuiu — coisas que selecionamos como medida-padrão de valor apesar de todas as variações às quais, como sabemos, estão sujeitas —, seria muito impróprio dizer a mesma coisa. Correto seria dizer que o trigo e o trabalho permaneceram estacionários, e que todas as demais coisas tiveram seu valor aumentado.

É contra essa afirmação que agora protesto. Observo que, precisamente como no caso do ouro, a causa da variação entre o trigo e outros bens é a menor quantidade de trabalho requerida para produzi-lo e, logicamente, sou obrigado a considerar essa variação do trigo e do trabalho uma redução em seu valor, e não elevação do valor das coisas com as quais foram comparados. Se contrato um trabalhador por uma semana, pagando-lhe 8 xelins em vez de 10, não ocorrendo nenhuma variação no valor do dinheiro, o trabalhador provavelmente poderá conseguir mais alimentos e outros gêneros de primeira necessidade com seus 8 xelins do que antes obtinha com 10. Isso, no entanto, não se deve a um aumento real de seu salário, como afirmou Adam Smith, e, mais recentemente Malthus, porém a uma redução do valor dos bens em que gasta o seu salário — coisas perfeitamente distintas. Contudo, se chamamos a isso uma queda real no valor do salário, dizem que adoto uma linguagem nova e incomum, irreconciliável com os verdadeiros princípios da ciência.⁶ A mim me parece, no entanto, que a linguagem inusitada, e, de fato, inconsistente é a dos meus opositores. Suponhamos que um trabalhador receba 1 *bushel* de trigo como pagamento de uma semana de trabalho, quando o preço do cereal é

de 80 xelins cada *quarter*⁷, e que se lhe pague 1 1/4 *bushel* quando o preço cai a 40 xelins. Suponhamos ainda que ele consuma 1/2 *bushel* de trigo por semana em sua casa, e que troque o resto por outros bens, tais como combustíveis, sabão, velas, chá, açúcar, sal etc., etc. Se os 3/4 de *bushel* que lhe sobram, num caso, não lhe proporcionam o mesmo volume daquelas mercadorias que lhe proporcionava 1/2 *bushel*, no outro caso, terá o trabalho aumentado ou diminuído em valor? Aumentado, deveria dizer Adam Smith, já que seu padrão é o trigo, e o trabalhador recebe mais trigo por uma semana de trabalho. Diminuído, deveria dizer o mesmo Adam Smith, "porque o valor de uma coisa depende do poder de compra de outros bens que a posse desse objeto contém", e o trabalho tem um menor poder de adquirir esses outros bens.

Seção II

Trabalhos de diferentes qualidades são remunerados diferentemente. Isso não é causa de variação no valor relativo das mercadorias

Ao referir-me, porém, ao trabalho como fundamento de todo valor e da quantidade relativa de trabalho como determinante quase exclusivo do valor relativo das mercadorias, não se deve supor que negligencio as diferentes qualidades de trabalho nem a dificuldade de comparar uma hora ou um dia de trabalho, numa atividade, com a mesma duração do trabalho em outra. A estimativa do valor de diferentes qualidades de trabalho se ajusta rapidamente no mercado, com suficiente precisão para todos os fins práticos, e depende muito da habilidade comparativa do trabalhador e da intensidade do trabalho realizado. Uma vez constituída, essa escala fica sujeita a poucas variações. Se um dia de trabalho de um joalheiro vale mais que um dia de trabalho de um trabalhador comum, esta relação foi há muito tempo ajustada e colocada na devida posição na escala da valores.⁸

7 *Bushel e quarter*, como aparecem nas páginas seguintes, são medidas inglesas de capacidade para cereais, sendo o primeiro equivalente a 36,367 litros e o segundo a oito vezes mais. (N. do E.)

8 "Mas, embora o trabalho seja a medida real do valor de troca de todas as mercadorias, não é por ele que esse valor é comumente estimado. Em geral, é difícil verificar a proporção entre duas quantidades de trabalho. O mesmo tempo gasto em duas diferentes classes de tarefas nem sempre bastará para determinar aquela proporção. Os diferentes graus de esforço e de habilidade devem ser levados em conta. Pode haver mais trabalho numa hora de atividade pensosa do que em duas horas de atividade fácil, ou numa hora de dedicação a um ofício que se leva dez anos de esforço para aprender, do que num mês de trabalho numa atividade comum e simples. Mas não é fácil encontrar uma medida precisa tanto para o esforço quanto para a habilidade. Quando se trocam, de fato, os diferentes produtos de diferentes tipos de trabalho, alguma concessão é feita entre ambos. Tal ajuste, entretanto, não se processa por uma medida precisa, mas pelo regateio e pela barganha que se operam no mercado, segundo alguma classe rudimentar de igualdade, que, embora não seja exata, basta para conduzir os negócios na vida cotidiana". SMITH, A. *Op. cit.* Livro Primeiro, Cap. X.

A passagem acima encontra-se na realidade no mesmo tema. (N. da Ed. Inglesa.) capítulo X, Smith descreve uma longa discussão sobre o mesmo tema. (N. da Ed. Inglesa.)

5 MALTHUS, Robert. *Principles of Political Economy*. Cap. II. (N. da Ed. Inglesa.)

6 *Ibid.*, cap. III, sec. VIII. (N. da Ed. Inglesa.)

Seção III

Não só o trabalho aplicado diretamente às mercadorias afeta o seu valor, mas também o trabalho gasto em implementos, ferramentais e edifícios que contribuem para sua execução

Mesmo¹⁰ no estágio primitivo ao qual se refere Adam Smith, algum capital, embora possivelmente fabricado e acumulado pelo próprio caçador, seria necessário para capacitá-lo a matar sua presa. Sem uma arma, nem o castor nem o gamo poderia ser morto. Portanto, o valor desses animais deveria ser regulado não apenas pelo tempo e pelo trabalho necessários à sua captura, mas também pelo tempo e pelo trabalho necessários à produção do capital do caçador: a arma, com a ajuda da qual a caça se realizava.

Seção IV

O princípio de que a quantidade de trabalho empregada na produção de mercadorias regula seu valor relativo é consideravelmente modificado pelo emprego de maquinaria e de outros capitais fixos e duráveis

Na seção anterior, supusemos que os implementos e armas necessários para capturar o gamo e o salmão tinham igual duração e resultavam da mesma quantidade de trabalho; vimos, ainda, que as variações no valor relativo do gamo e do salmão dependiam unicamente das diferentes quantidades de trabalho necessárias para obtê-los. Mas, em cada estágio da sociedade, as ferramentais, implementos, edificações e maquinaria empregados em diferentes quantidades de trabalho para graus de durabilidade e exigir diferentes quantidades de trabalho para sua produção. Além disso, as proporções entre o capital empregado para sustentar o trabalho e o que é investido em ferramentais, maquinaria e edificações podem combinar-se de várias formas. Essa diferença no grau de durabilidade do capital fixo e as variações nas proporções em que se podem combinar os dois tipos de capital introduzem outra causa, além da maior ou menor quantidade de trabalho necessária à produção de mercadorias, das variações do valor relativo das mesmas: esta causa é o aumento ou redução do valor do trabalho.

Os alimentos e as roupas consumidas pelo trabalhador, o edifício em que ele trabalha e os instrumentos com os quais sua atividade é realizada, são todos de natureza perecível. Existe, no entanto, uma grande diferença no tempo de duração desses diferentes capitais: uma máquina a vapor durará mais do que um navio, um navio mais do

que a roupa do trabalhador, e a roupa do trabalhador mais do que o alimento que ele consome.

Dependendo da rapidez com que pereça, e a frequência com que precise ser reproduzido, ou segundo a lentidão com que se consome, o capital é classificado como capital circulante ou fixo.¹² Um fabricante de cerveja, cujas edificações e maquinaria têm grande valor e são duráveis, emprega uma grande parcela de capital fixo. Ao contrário, um sapateiro, cujo capital é principalmente empregado no pagamento de salários, que são gastos em alimentos e em roupas, mercadorias mais perecíveis que edifícios e maquinaria, utiliza uma grande proporção de seu capital como capital circulante.

Devemos considerar também que o capital circulante pode girar, ou voltar àquele que o aplica, em períodos muito designais. O trigo comprado por um lavrador para semente é um capital fixo em comparação com aquele comprado pelo padeiro para fazer pão. O primeiro lança-o à terra e não obtém nenhum retorno durante um ano; o segundo pode transformá-lo em farinha, vendê-lo como pão a seus fregueses e, em uma semana, ter seu capital livre para repetir o que fez ou começar a utilizá-lo de outra forma.

Portanto, duas atividades podem utilizar o mesmo montante de capital, mas este pode ser dividido de modo muito diferente entre a parte fixa e a circulante.

Existem atividades em que se emprega muito pouco capital circulante, isto é, capital utilizado na manutenção do trabalho, realizando-se os investimentos principalmente em maquinaria, implementos, edificações etc. — capital de caráter comparativamente fixo e durável. Noutra atividade, pode utilizar-se a mesma soma de capital, que será utilizado basicamente para a manutenção do trabalho, investindo-se apenas uma pequena parte em implementos, máquinas e edificações. Um aumento nos salários não pode deixar de afetar desigualmente mercadorias produzidas em circunstâncias tão diferentes.

Por outro lado, dois industriais podem empregar o mesmo montante de capital fixo e de capital circulante, sendo muito desigual, no entanto, a durabilidade dos seus capitais fixos. Um pode ter máquinas a vapor cujo valor é de 10 mil libras, e o outro igual valor em embarcações.

Se os homens não empregassem maquinaria na produção, mas somente trabalho, e se demorassem o mesmo tempo até colocarem seus produtos no mercado, o valor de troca de seus produtos seria exatamente proporcional à quantidade de trabalho consumida.

Se eles empregassem capital fixo de idêntico valor e durabilidade, os valores das mercadorias produzidas também seriam iguais, e variariam somente com a maior ou menor quantidade de trabalho empregada na sua produção.

No entanto, embora mercadorias produzidas em circunstâncias

idênticas não variassem uma em relação à outra, a não ser em virtude do aumento ou da redução da quantidade de trabalho necessária para produzir uma ou outra, se forem comparadas com outras mercadorias não produzidas com a mesma quantidade proporcional de capital fixo, elas variariam por outra causa que mencionei anteriormente, a saber: um aumento no valor do trabalho, ainda que nem mais nem menos trabalho tenha sido empregado na produção de qualquer delas. A cevada e a aveia continuariam a ter a mesma relação entre si, qualquer que seja a variação dos salários. Produtos de algodão e tecidos de lã também continuariam, se ambos fossem produzidos em circunstâncias idênticas. Mas ocorrendo aumento ou redução de salários, a cevada teria maior ou menor valor quando comparada com os produtos de algodão, e a aveia quando comparada com os tecidos de lã.

Mas como seria afetado o valor relativo desses produtos por um aumento no valor do trabalho? É evidente que os valores relativos do tecido e dos produtos de algodão não sofrerão qualquer mudança, pois aquilo que afeta um deve afetar também o outro, nas circunstâncias consideradas. Os valores relativos do trigo e da cevada também não sofreriam nenhuma alteração, uma vez que ambos são produzidos sob as mesmas circunstâncias, no que respeita ao capital circulante e ao capital fixo. No entanto, o valor relativo do trigo, quando comparado com o do tecido de lã ou com o dos produtos de algodão, deverá ser alterado por um encarecimento do trabalho.

Não pode haver um aumento no valor do trabalho sem uma diminuição nos lucros. Se o trigo tiver de ser dividido entre o agricultor (arrendatário) e o trabalhador, quanto maior for a parcela dada ao último, menor será a que sobrará para o primeiro. Da mesma forma, se o tecido de lã ou o produto de algodão for dividido entre o operário e seu empregador, quanto maior a parte dada ao primeiro, menos restará para o último. Suponhamos então que, em consequência de um aumento nos salários, os lucros diminuam de 10 para 9%: em vez de acrescentar 550 libras ao preço normal de seus produtos (5.500 libras) a título de lucros de seu capital fixo, os fabricantes adicionariam apenas 9% daquela soma, ou 495 libras, e, consequentemente, o preço seria de 5.995 libras, em vez de 6.050 libras. Como o trigo continuaria a ser vendido a 5.500 libras, os produtos manufaturados, nos quais se empregou mais capital fixo, diminuiriam em relação ao trigo ou a qualquer outro produto no qual se usou menor porção de capital fixo. O grau de variação no valor relativo dos produtos, como resultado de um encarecimento ou barateamento do trabalho, dependerá da proporção em que o capital fixo participar do capital total. Todas as mercadorias produzidas com maquinaria de grande valor, ou em edificações muito valiosas ou que devam demorar longo tempo até serem lançadas no mercado, diminuirão seu valor relativo, enquanto aumentarão o de todas aquelas produzidas principalmente com o trabalho, ou que possam ser rapidamente lançadas no mercado.

12 Divisão não essencial, e cuja linha de demarcação não pode ser precisamente traçada.

Seção V

O princípio de que o valor não varia com o aumento ou com a queda de salários é modificado também pela desigual durabilidade do capital e pela desigual rapidez de seu retorno ao aplicador

Na última seção supusemos que dois capitais iguais aplicados em duas diferentes atividades mantinham designais proporções de capital fixo e circulante. Suponhamos agora que essas proporções sejam as mesmas, porém que a durabilidade seja desigual. Quanto menos durável for o capital fixo, mais se aproximará da natureza do capital circulante: será consumido e seu valor reproduzido num prazo mais curto, para que seja reconstruído o capital do fabricante. Acabamos de ver que, na medida em que o capital fixo prepondera em uma indústria, o valor das mercadorias ali produzidas será, em caso de aumento de salários, relativamente menor que o daquelas fabricadas em indústrias onde prepondera o capital circulante. Na medida em que o capital fixo for menos durável e se aproximar da natureza do capital circulante, o mesmo efeito será produzido pela mesma causa.

Se o capital fixo não for de natureza durável, será necessária maior quantidade anual de trabalho para mantê-lo em seu estado original de eficiência, mas o trabalho assim despendido deve ser considerado como realmente gasto na mercadoria fabricada, a qual deve conter um valor proporcional a esse trabalho. Se possuísse uma máquina no valor de 20 mil libras, graças à qual bastasse muito pouco trabalho para produzir mercadorias, e se o desgaste dessa máquina fosse insignificante, e se, além disso, a taxa geral de lucro fosse de 10%, não seria necessário acrescentar muito mais do que 2 mil libras ao preço dos bens pelo uso desse equipamento. Mas, se o desgaste da máquina fosse grande — se, para mantê-la em estado eficiente, fosse necessário o trabalho anual de 50 trabalhadores —, os preços desses produtos deveriam ser acrescidos, de tal forma a equivalever àquele que seria obtido por qualquer outro fabricante que empregasse 50 trabalhadores na produção de outros bens, e que não usasse nenhuma maquinaria.

Um aumento de salários, contudo, não afetaria igualmente as mercadorias produzidas com maquinaria de desgaste rápido e as fabricadas com maquinaria de desgaste lento. Num caso, uma grande quantidade de trabalho seria continuamente transferida ao produto; no outro, a quantidade transferida seria muito pequena. Portanto, todo aumento de salários — ou, o que é a mesma coisa, toda queda nos lucros — reduzirá o valor relativo das mercadorias produzidas com capital de natureza durável, e elevará proporcionalmente o valor relativo das produzidas com capital mais perecível. Uma redução nos salários terá precisamente o efeito contrário.

Veremos mais adiante que nos estágios primitivos da sociedade, antes da utilização de muita maquinaria ou de muito capital durável, as mercadorias produzidas com capitais iguais terão aproximadamente o mesmo valor, e umas em relação às outras diminuirão ou aumentarão depois da introdução desses instrumentos dispendiosos e duráveis, as mercadorias produzidas com o emprego de capitais iguais terão valores desiguais e, embora umas em relação às outras ainda possam aumentar ou diminuir na medida em que mais ou menos trabalho seja necessário para a sua produção, elas estarão também sujeitas a uma outra variação, embora menor, causada pelo aumento ou pela diminuição dos salários e dos lucros. Como os bens vendidos por 5 mil libras podem ser o produto de um capital igual àquele com que são produzidos outros bens que se vendem por 10 mil libras, os lucros de sua fabricação serão os mesmos; mas seriam desiguais, se os preços de tais bens não variassem com um aumento ou uma queda na taxa de lucro.

Percebe-se também que, na proporção da durabilidade do capital empregado em qualquer produção, os preços relativos das mercadorias nas quais se utiliza o capital durável deverão variar inversamente em relação aos salários; diminuirão quando os salários aumentarem, e aumentarão quando os salários diminuírem. Ao contrário, as mercadorias produzidas principalmente com trabalho e com menor capital fixo — ou com capital fixo de natureza menos durável que a média utilizada na estimativa do preço —, aumentarão quando os salários aumentarem e diminuirão quando os salários diminuírem.

Seção VI

Sobre uma medida invariável do valor

Quando o valor relativo das mercadorias varia, seria importante dispor de meios para averiguar com certeza qual delas diminuiu e qual aumentou em seu valor real. Isso só seria possível pela comparação de cada uma delas com algum padrão invariável de medida de valor que não fosse, ele mesmo, sujeito às flutuações às quais estão expostas as demais mercadorias. É impossível obter tal medida, pois não há mercadoria que não seja suscetível às mesmas variações como aquelas cujo valor deve ser verificado; ou seja, não há nenhuma que deixe de requerer mais ou menos trabalho para sua produção. Mas, se esta causa de variação no valor de uma medida pudesse ser removida —, se fosse possível que, na produção do nosso dinheiro, por exemplo,

fosse sempre requerida a mesma quantidade de trabalho —, ainda assim não teríamos um padrão ou medida invariável de valor perfeito, porque, como já tentei explicar, essa medida estaria sujeita a variações relativas provocadas por aumentos ou quedas de salários, segundo as diferentes proporções de capital fixo necessárias não só para produzi-la, como para produzir as demais mercadorias cujas mudanças de valor desejássemos verificar. Poderia estar sujeita, ainda, a variações provocadas pela mesma causa, segundo os diferentes graus de durabilidade do capital utilizado nela e nas demais mercadorias com as quais devesse comparar-se, ou ainda segundo o tempo necessário para colocá-la no mercado fosse mais ou menos longo que o requerido para colocar as outras mercadorias cuja variação tivesse de ser determinada. Todas essas circunstâncias desqualificam qualquer produto como uma medida perfeitamente precisa de valor.

Se, por exemplo, adotássemos o ouro como padrão, é evidente que não se trataria senão de uma mercadoria obtida nas mesmas circunstâncias que qualquer outra, necessitando-se de trabalho e de capital fixo para a sua produção. Como no caso de qualquer outra mercadoria, podem ser aplicados à sua produção aperfeiçoamentos que poupem trabalho, e, conseqüentemente, seu valor relativo pode diminuir em relação ao de outras mercadorias, unicamente segundo a maior ou menor facilidade com que possa ser produzida.

Supondo-se inexistente essa causa de variação e, portanto, que se necessita sempre a mesma quantidade de trabalho para obter a mesma quantidade de ouro, ainda assim o ouro não será uma medida perfeita de valor pela qual possamos, com exatidão, determinar as variações em todos os outros produtos, pois ele não seria produzido precisamente com as mesmas combinações de capital fixo e de capital circulante que seriam utilizadas em todos os demais; nem com capital fixo da mesma durabilidade; nem demoraria exatamente o mesmo tempo para ser colocada no mercado. Seria uma medida de valor perfeita para todas as coisas produzidas sob as mesmas circunstâncias em que ele próprio é produzido, mas para nenhum outro. Se, por exemplo, o ouro fosse produzido sob as mesmas circunstâncias que consideramos necessárias para fabricar tecidos de lã e produtos de algodão, seria uma medida perfeita para esses produtos, mas não para o trigo, o carvão e outras mercadorias produzidas com menor ou maior proporção de capital fixo, porque, como já vimos, qualquer alteração na taxa corrente de lucro teria algum efeito no valor relativo de tais mercadorias, independentemente de qualquer mudança na quantidade de trabalho empregada em sua produção. Se o ouro fosse produzido nas mesmas circunstâncias que o trigo, mesmo que tais circunstâncias nunca se alterassem, ele não poderia, pelas mesmas razões, ser sempre uma medida perfeita do valor dos tecidos de lã e dos produtos de algodão. Portanto, nem o ouro nem qualquer outra mercadoria pode ser uma medida perfeita do valor de todas as outras. Mas, como já

mostrei, o efeito de uma variação dos lucros sobre os preços relativos das mercadorias é comparativamente pequeno, e, o mais importante, decorre principalmente das variações nas quantidades de trabalho necessárias para sua produção. Assim, supondo-se inexistente na produção de ouro essa importante causa de variação, possuíremos certamente uma aproximação tão grande de uma medida-padrão de valor quanto se pode teoricamente conceber. Não poderia o ouro ser considerado uma mercadoria produzida com as proporções dos dois tipos de capital mais próximas possível da quantidade média empregada na produção da maior parte das mercadorias? Não poderiam tais proporções ser tão aproximadamente equidistantes dos extremos — num dos quais se emprega pouco capital fixo, noutro pouco trabalho —, que seriam um justo meio-termo entre ambos?

Se, portanto, suponha possuir um padrão tão próximo do invariável, terei a vantagem de poder referir-me sobre as variações das outras coisas sem atrapalhar-me, a cada passo, com possíveis modificações no valor da medida com a qual o preço e o valor são estimados.

Para facilitar então o objetivo desta análise, embora reconheça plenamente que o dinheiro feito de ouro é sujeito à maioria das variações que ocorrem com as demais coisas, admitirei que seu valor é invariável e, portanto, que todas as alterações de preço sejam ocasionadas por alguma mudança no valor das mercadorias das quais estiver tratando. Antes de terminar esta questão, convém observar que Adam Smith e todos os autores que o seguiram, sem nenhuma exceção que eu saiba, sustentaram que um aumento no preço do trabalho seria uniformemente acompanhado por um aumento nos preços de todas as mercadorias. Espero ter conseguido mostrar que tal concepção não tem fundamento, e que só aumentariam aquelas mercadorias nas quais se utiliza menos capital fixo que na medida-padrão pela qual se estima o preço, e que todas aquelas nas quais se empregasse mais capital fixo teriam seu preço positivamente reduzido quando os salários aumentassem. Ao contrário, se os salários diminuíssem, somente diminuirão as mercadorias nas quais se empregou menor proporção de capital fixo do que aquela utilizada na medida-padrão pela qual o preço é estimado; aquelas em que maior proporção foi usada aumentarão positivamente de preço.

É conveniente observar também que eu não disse que, uma vez que se tenha empregado trabalho numa mercadoria, ao custo de 1 000 libras, e, em outra, ao custo de 2 mil libras, a primeira valerá 1 000 libras e a segunda 2 mil libras. O que afirmei é que o valor de uma estará para o de outra, assim como 2 está para 1, e que elas serão trocadas nessa proporção. Não tem qualquer importância, para a verdade desta concepção, que uma dessas mercadorias seja vendida por 1 100 libras e a outra por 2 200 libras, ou uma por 1 500 libras e a outra por 3 mil libras. Não abordarei esta questão agora; afirmo so-

CAPÍTULO II

Sobre a Renda da Terra

Resta considerar, no entanto, se a apropriação da terra e a consequente criação de renda ocasionarão alguma variação no valor relativo das mercadorias, independentemente da quantidade de trabalho necessária à sua produção. Para entender esse aspecto da questão, devemos investigar a natureza da renda da terra e as leis que regulam seu aumento ou diminuição.

Essa renda é a porção do produto da terra paga ao seu proprietário pelo uso das forças originais e indestrutíveis do solo. A renda é frequentemente confundida com os juros e com o lucro do capital, e, na linguagem popular, o termo é aplicado a qualquer pagamento anual de um agricultor ao proprietário da terra em que trabalha. Se, de duas fazendas vizinhas com a mesma extensão e idêntica fertilidade natural, uma contasse com todas as vantagens de edificações agrícolas, e se, além disso, estivesse devidamente drenada e adubada e adequadamente repartida por sebes, cercas e muros, enquanto a outra não apresentasse nenhuma dessas benfeitorias, naturalmente maior remuneração seria paga pelo uso da primeira; não obstante, em ambos os casos essa remuneração seria chamada renda. É evidente, contudo, que somente uma parte do dinheiro pago anualmente pela fazenda com benfeitorias seria dada em troca das forças originais e indestrutíveis da terra; a outra parcela seria paga pela utilização do capital empregado para melhorar a qualidade da terra e para a construção de edificações necessárias à segurança e preservação dos produtos. Às vezes, Adam Smith refere-se à renda da terra no sentido mais estrito, ao qual pretendo limitar o uso do termo, porém freqüentemente o utiliza no sentido popular em que é geralmente empregado. Ele afirma que a demanda de madeira e seu consequente alto preço nos países meridionais da Europa deu origem, na Noruega, a uma renda paga pelo uso das flo-

restas, que anteriormente não existia. Mas não será evidente que a pessoa que pagou aquilo que ele chama renda o fez tendo em vista a mercadoria valiosa que existia na terra, e que, de fato, se compenhou com o lucro, mediante a venda da madeira? Se, efetivamente, após a extração da madeira, alguma compensação fosse paga ao proprietário pelo uso da terra — para o cultivo de árvores ou de qualquer outra coisa, em vista de uma demanda futura —, tal remuneração poderia, com justiça, chamar-se renda, pois seria paga pela utilização das forças produtivas da terra. Mas, no caso descrito por Adam Smith, pagava-se pelo direito de extrair e vender a madeira, e não pelo direito de cultivá-la. Ele se refere também à renda das minas de carvão e das pedreiras, às quais se aplica a mesma observação: a compensação pela mina ou pela pedreira é paga pelo valor do carvão ou da pedra que podem ser extraídos, não se relacionando, de modo algum, com as forças originais e destrutíveis da terra. Essa distinção é muito importante, numa investigação sobre a renda da terra e os lucros, visto que as leis que regulam o movimento¹⁹ da renda diferem muito daquelas que regulam o movimento dos lucros, raramente operando na mesma direção. Em todas as nações adelantadas, aquilo que se paga anualmente ao proprietário da terra e que participa de ambas as características — da renda da terra e do lucro — se mantém, algumas vezes, estaçãoário, graças aos efeitos de causas contrárias; em outras épocas avança ou retrocede, na medida em que uma dessas causas prevalece. Quando, portanto, mais adiante, eu me referir à renda da terra, deve entender-se que falo da compensação paga ao seu proprietário pelo uso das forças originais e destrutíveis da terra.²⁰

Na colonização de um país bem dotado de terras ricas e férteis, das quais apenas uma pequena parte necessita ser cultivada para o sustento da população, e que pode ser cultivada com o capital de que essa população dispõe, não haverá renda: ninguém pagará pelo uso da terra, enquanto ainda houver uma grande extensão não ocupada e, portanto, ao alcance de quem deseja cultivá-la.

Segundo os princípios da oferta e da demanda, nenhuma renda seria paga por essa terra, pela razão, já conhecida, de que nada se dá em troca do uso do ar e da água, ou de quaisquer outros bens naturais existentes em quantidade ilimitada. Com uma dada quantidade de matéria-prima e com o auxílio da pressão atmosférica e da elasticidade do vapor, as máquinas podem realizar trabalho e poupar esforço hu-

mano em grande proporção: no entanto, a utilização desses elementos naturais nada custa, pois são inesgotáveis e estão à disposição de todos. Da mesma forma, o fabricante de cerveja, o destilador e o tintureiro utilizam incessantemente o ar e a água para produzir suas mercadorias; mas, como a oferta daqueles bens é ilimitada, eles não tem preço.²¹ Se todas as terras tivessem as mesmas características, se fossem ilimitadas na quantidade e uniformes na qualidade, seu uso nada custaria, a não ser que possuíssem particulares vantagens de localização. Portanto, somente porque a terra não é ilimitada em quantidade nem uniforme na qualidade, e porque, com o crescimento da população, terras de qualidade inferior ou desvantajosamente situadas são postas em cultivo, a renda é paga por seu uso. Quando, com o desenvolvimento da sociedade, as terras de fertilidade secundária são utilizadas para cultivo, surge imediatamente renda sobre as de primeira qualidade: a magnitude de tal renda dependerá da diferença de qualidade daquelas duas faixas de terra.

Quando uma terra de terceira qualidade começa a ser cultivada, imediatamente aparece renda na de segunda, regulando-se como no caso anterior, pela diferença entre as forças produtivas de uma e de outra. Ao mesmo tempo, aumenta a renda da terra de primeira qualidade, pois esta deve ser sempre superior à renda da segunda, de acordo com a diferença entre as produções obtidas numa e noutra com uma dada quantidade de capital e de trabalho. A cada avanço do crescimento da população, que obrigará o país a recorrer à terra de pior qualidade para aumentar a oferta de alimentos, aumentará a renda de todas as terras mais férteis.

19 A palavra utilizada por Ricardo é *progress* ("progresso"). No entanto, a preocupação de Ricardo é com a trajetória da renda e dos lucros. Embora a primeira, de acordo com a sua teoria, tenha uma tendência a crescer, pode também diminuir ou manter-se estacionária; por isso, a palavra "movimento" parece expressar melhor essa idéia. (N. do T.)
20 A definição de renda da terra é ampliada mais adiante, no sentido de incluir a remuneração paga ao proprietário pelo uso de todas as capacidades destrutíveis da terra, *scilicet* originais ou não. (N. do T.)

21 "A terra, como já vimos, não é o único agente da natureza que possui capacidade produtiva, mas é o único ou quase o único de que um grupo de homens se apodera, à exclusão dos demais, apropriando-se de seus benefícios. As águas dos rios e do mar, pela capacidade de movimentarem nossos moinhos e de conduzir nossos barcos, sustentam nossos peixes, têm também uma capacidade produtiva: o vento que faz girar nossos moinhos, e até mesmo o calor do sol trabalham para nós. Felizmente, porém, ninguém foi ainda capaz de dizer: "O vento e o sol são meus, e o serviço que eles prestam deve ser pago." SAY, J.-B. *Économie Politique*, v. II, p. 124.

CAPÍTULO V

Sobre os Salários

O trabalho, como todas as outras coisas que são compradas e vendidas e cuja quantidade pode ser aumentada ou diminuída, tem seu preço natural e seu preço de mercado. O preço natural do trabalho é aquele necessário para permitir que os trabalhadores, em geral, subsistam e perpetuem sua descendência, sem aumento ou diminuição.

A capacidade que tem o trabalhador de sustentar a si e à família que pode ser necessária para conservar o número de trabalhadores não depende da quantidade de dinheiro que ele possa receber como salário, mas da quantidade de alimentos, gêneros de primeira necessidade e confortos materiais que, devido ao hábito, se tornaram para ele indispensáveis e que aquele dinheiro poderá comprar. O preço natural do trabalho, portanto, depende do preço dos alimentos, dos gêneros de primeira necessidade e das comodidades exigidas para sustentar o trabalhador e sua família. Com um aumento no preço dos alimentos e dos gêneros de primeira necessidade, o preço natural do trabalho aumentará. Com uma queda no preço daqueles bens, cairá o preço natural do trabalho.

Com o desenvolvimento da sociedade, o preço natural do trabalho tende sempre a crescer, pois uma das principais mercadorias que regula o seu preço natural tende a tornar-se mais cara, devido à crescente dificuldade para sua produção. Como, entretanto, os aperfeiçoamentos na agricultura e a descoberta de novos mercados de onde os gêneros de primeira necessidade podem ser importados conseguem conter temporariamente a tendência altista desses últimos e inclusive fazer baixar o seu preço natural, assim também as mesmas causas produzem os efeitos correspondentes no preço natural do trabalho.

O preço natural de todas as mercadorias — com exceção dos produtos agrícolas, e do trabalho — tende a cair com o aumento da

riqueza e da população, pois, embora de um lado aumentem em valor real quando o preço natural da matéria-prima de que são feitas se eleva, isso é mais do que compensado pelos aperfeiçoamentos da maquinaria, pela melhor divisão e distribuição do trabalho e pela crescente qualificação científica e técnica dos produtores.

O preço de mercado do trabalho é aquele realmente pago por este, como resultado da interação natural das proporções entre a oferta e a demanda. O trabalho é caro quando escasso, e barato quando abundante. Por mais que o preço de mercado do trabalho possa desviar-se do preço natural, ele tende a igualar-se a este, como ocorre com as demais mercadorias.

Quando o preço de mercado do trabalho excede o preço natural, a condição do trabalhador é próspera e feliz, e ele pode desfrutar de grande quantidade de bens de primeira necessidade e dos prazeres da vida, e, portanto, sustentar uma família saudável e numerosa. Quando, entretanto, pelo estímulo que os altos salários dão ao aumento populacional, cresce o número de trabalhadores, os salários baixam outra vez até seu preço natural e, às vezes, por um efeito de reação, até abaixo dele.

Quando o preço de mercado do trabalho é inferior ao seu preço natural, a situação dos trabalhadores torna-se miserável: sua pobreza priva-os daqueles confortos que o hábito torna absolutamente necessários. Somente depois que as privações reduzem o número de trabalhadores, ou após haver crescido a demanda de trabalho, o preço de mercado do trabalho subirá até o preço natural, e o trabalhador então terá os confortos moderados que a taxa natural de salários lhe permite.

Numa sociedade em desenvolvimento, apesar dos salários tenderem a ajustar-se à sua taxa natural, sua taxa de mercado pode permanecer acima deste nível por um período indefinido, pois, mal o impulso dado por um acréscimo de capital aumente a demanda de trabalho, pode surgir um novo acréscimo que produza o mesmo efeito. Assim, se o aumento de capital for gradual e constante, a demanda de trabalho pode ser um estímulo contínuo para o crescimento da população.

O capital é a parte da riqueza de um país empregada na produção, e consiste em alimentos, roupas, ferramentas, matérias-primas, maquinaria etc., necessários à realização do trabalho.

O capital pode aumentar em quantidade ao mesmo tempo que cresce o seu valor. Pode haver em um país um aumento da produção de alimentos e roupas, ao mesmo tempo que é requerido mais trabalho do que antes para produzir a quantidade adicional. Nesse caso, não apenas se elevará a quantidade, mas também o valor do capital.

O capital pode também aumentar sem que ocorra o mesmo com o seu valor, ou ainda quando o seu valor estiver diminuindo. Os alimentos e roupas em determinado país podem não apenas aumentar, mas fazê-lo com o auxílio de maquinaria, sem nenhuma elevação e até

mesmo com diminuição absoluta da quantidade proporcional de trabalho necessária para produzi-los. A quantidade de capital pode aumentar sem que a totalidade ou alguma fração dele tenha maior valor do que antes, podendo inclusive ter um valor ainda menor.

No primeiro caso, o preço natural do trabalho, que sempre depende do valor da alimentação, do vestuário e de outros bens de primeira necessidade, sofrerá um aumento.³¹ No segundo, permanecerá estacionário ou cairá. Em ambos os casos, contudo, a taxa de mercado dos salários se elevará, pois a demanda de trabalho aumentará na mesma proporção em que aumentar o capital: a demanda de trabalhadores variará na proporção do trabalho a ser feito.

Em ambos os casos, também o preço de mercado do trabalho subirá além do preço natural, e tenderá a ajustar-se a esse preço, mas, no primeiro caso, esse ajustamento ocorrerá com maior rapidez. A situação do trabalhador melhorará, mas não muito, pois o preço aumentado dos alimentos e de bens de primeira necessidade absorverá uma grande parcela dos salários aumentados. Conseqüentemente, uma pequena oferta de trabalho ou um crescimento mínimo da população logo reduzirá o preço de mercado, equiparando-o ao preço natural do trabalho então aumentado.

No segundo caso,³² a situação do trabalhador melhorará muito. Ele receberá maiores salários monetários, sem ter que pagar preços mais elevados, e talvez até possa desfrutar de algum barateamento nas mercadorias consumidas por ele e por sua família. Somente se a população tiver registrado um grande aumento é que o preço de mercado do trabalho voltará a corresponder ao seu preço natural, então reduzido.

Assim, pois, na medida em que a sociedade progride e que aumenta o seu capital, os salários de mercado do trabalho subirão, mas a permanência dessa elevação dependerá de que o preço natural do trabalho também aumente. E isso dependerá de uma elevação do preço natural dos bens de primeira necessidade em que se gastam os salários.

Não se deve entender que o preço natural do trabalho, embora estimulado em alimentos e em gêneros de primeira necessidade, seja absolutamente fixo e constante. Varia num mesmo país, em épocas distintas, e difere substancialmente em países diferentes,³³ dependendo

31 Ricardó refere-se evidentemente ao caso em que a quantidade de capital aumenta, ao mesmo tempo que aumenta seu valor. (N. do T.)
Isto é, quando o capital aumenta e seu valor se mantém constante ou mesmo diminui. (N. do T.)

32 "A habitação e o vestuário indispensáveis num país podem não ser necessários em outro. Um trabalhador do Hindustão pode continuar trabalhando com perfeito vigor, embora receba como salário natural somente o suprimento de roupas que seriam insuficientes para impedir que um trabalhador na Rússia perdesse. Inclui-se em países situados no mesmo clima, diferentes hábitos de vida frequentemente ocasionarão variações tão consideráveis no preço do trabalho, quanto aquelas produzidas por causas naturais." TORRENS, R. *An Essay on the External Corn Trade*. P. 68. Toda essa questão é perfeitamente elucidada pelo Coronel Torrens.

essencialmente dos hábitos e costumes dos povos. Um trabalhador inglês consideraria seu salário abaixo do nível normal e demasiadamente reduzido para sustentar uma família, se não lhe permitisse comprar senão batatas, nem viver numa habitação melhor que um casebre de barro. No entanto, mesmo essas elementares exigências da natureza são freqüentemente consideradas suficientes em países onde a "vida humana é barata", e onde suas necessidades se satisfazem facilmente. Muitas comodidades desfrutadas hoje numa modesta moradia inglesa seriam consideradas luxo num período anterior de nossa história.

Pelo constante barateamento das mercadorias manufaturadas e o permanente encarecimento dos produtos agrícolas, surge com o desenvolvimento da sociedade — a longo prazo — tal desproporção entre seus valores relativos que, nos países ricos, o trabalhador consegue atender generosamente a todas as suas demais necessidades sacrificando apenas uma pequena parte de sua alimentação.

Independentemente das variações no valor do dinheiro, que necessariamente afetam os salários monetários — mas que não levamos em consideração, já que admitimos um valor constante para o dinheiro —, conclui-se que os salários aumentam ou diminuem por duas causas:

- 1) a oferta e a demanda de trabalhadores;
- 2) o preço das mercadorias nas quais os salários são gastos.

Em diferentes fases da sociedade, a acumulação de capital ou dos meios de empregar trabalho é mais ou menos rápida, dependendo em todos os casos da capacidade produtiva do trabalho. Essa capacidade produtiva é geralmente maior quando a terra fértil é abundante: em tais períodos, a acumulação é por vezes tão rápida que a oferta de trabalhadores se expande menos rapidamente que a do capital.

CAPÍTULO VI

Sobre os Lucros

Tendo mostrado que os lucros do capital, em diferentes atividades, são proporcionais entre si e tendem a variar no mesmo grau e no mesmo sentido, resta considerar qual a causa das permanentes variações na taxa de lucro e as resultantes variações permanentes na taxa de juros.

Vimos que o preço³⁹ do trigo é regulado pela quantidade de trabalho necessária para produzi-lo com aquela porção de capital que não paga renda. Vimos também que o preço das mercadorias aumenta ou diminui, na medida em que mais ou menos trabalho é necessário para sua produção. Nem agricultor que cultiva a quantidade⁴⁰ de terra que regula o preço nem o fabricante de manufaturados sacrificam qualquer parcela do produto para pagar renda. O valor total de suas mercadorias é dividido apenas em duas porções: os lucros do capital e os salários do trabalho.

Se o trigo e os produtos manufaturados fossem vendidos sempre pelos mesmos preços, os lucros seriam altos ou baixos, na medida em que fossem baixos ou altos os salários. Mas, embora o preço do trigo aumente quando mais trabalho for necessário para produzi-lo, essa causa não elevará o preço dos artigos manufaturados cuja produção não exigiu maior quantidade de trabalho. Se, portanto, os salários permanecerem os mesmos, os lucros dos fabricantes também não se alte-

39 O leitor deve ter em mente que, para tornar a questão mais clara, considero o dinheiro invariável em valor. Portanto, toda variação de preço deve ser atribuível a uma alteração no valor da mercadoria.

40 Nas edições anteriores, em vez da palavra "quantidade", parecia a palavra "qualidade", que parece ser a mais adequada (N. da Ed. Inglesa.)

rarão. Se, no entanto, como é absolutamente certo, os salários aumentarem com o aumento do trigo, então os lucros necessariamente diminuirão.

Se um fabricante sempre vendesse seus produtos pela mesma quantidade de dinheiro, por 1 000 libras, por exemplo, seus lucros dependeriam do preço do trabalho necessário para manufaturá-los. Seus lucros seriam menores quando os salários atingissem 800 libras do que quando ele pagava 600 libras. Assim, na medida em que os salários aumentassem, os lucros diminuiriam. Mas alguém poderia perguntar: se o preço dos produtos agrícolas aumentasse, não poderia o arrendatário obter pelo menos a mesma taxa de lucros, embora pagando um acréscimo salarial? Certamente não, pois ele não apenas teria de pagar, da mesma forma que o fabricante, um salário mais elevado a cada trabalhador que empregasse, mas ainda seria obrigado a pagar renda⁴¹ ou a empregar um número adicional de trabalhadores para obter o mesmo produto. Como o aumento no preço dos produtos agrícolas seria proporcional apenas à renda ou ao aumento no número de trabalhadores, não poderia compensá-la pela elevação dos salários.

Se o fabricante e o arrendatário empregassem dez homens cada um, e os salários anuais aumentassem de 24 para 25 libras por trabalhador, cada qual pagaria em salários o montante de 250 libras, em vez de 240 libras. Este, no entanto, seria o acréscimo total pago pelo fabricante para produzir a mesma quantidade de mercadorias, enquanto o arrendatário, produzindo em novas terras, provavelmente seria obrigado a empregar um homem a mais, e, portanto, a pagar mais 25 libras de salário. O arrendatário que cultivasse a terra antiga seria forçado a gastar exatamente a mesma soma adicional de 25 libras como renda. Sem aquele trabalho adicional, o preço do trigo não teria subido nem a renda aumentado. Portanto, um pagará 275 libras apenas em salários, e o outro em salário e em renda, e cada qual gastará 25 libras mais que o fabricante. O arrendatário será compensado, por estas últimas 25 libras, pelo aumento de preço do produto agrícola e, portanto, seus lucros ainda poderão acompanhar os do industrial. Como essa questão é importante, tentarei esclarecê-la ainda mais.

Mostramos que, nos estágios primitivos da sociedade, tanto a participação do proprietário quanto a do trabalhador no valor do produto da terra seria pequena, e que aumentaria na medida do desenvolvimento da riqueza e da dificuldade de produzir alimentos. Mostramos também que, embora o valor da porção correspondente ao trabalhador deva crescer com o aumento do valor do alimento, sua participação real diminuirá, enquanto a do proprietário não apenas aumentará em valor como também em quantidade.

A quantidade remanescente do produto da terra, após o paga-

mento ao proprietário e ao trabalhador, pertence necessariamente ao arrendatário, constituindo os lucros de seu capital. Poder-se-ia, no entanto, argumentar que, embora a participação do arrendatário no produto total, com o desenvolvimento da sociedade, diminua, ainda assim, como o valor de toda a produção aumentará, ele poderá receber um valor maior, da mesma forma que o proprietário da terra e o trabalhador.

⁴¹ Devemos recordar que Ricardo supõe que o arrendatário não pagava renda antes que os preços dos produtos agrícolas aumentassem. Com esse aumento ele passa a pagá-la. (N. do T.)

RICARDO

OS EFEITOS DO AUMENTO DOS PREÇOS AGRÍCOLAS SOBRE OS LUCROS

Existem poucos produtos que não sejam mais ou menos afetados em seu preço pelo encarecimento dos produtos agrícolas, pois uma certa porção deles sempre entra na confecção da maioria dos bens. Os produtos de algodão, de linho e de lã aumentarão de preço com o encarecimento do trigo. Aumentarão, no entanto, por causa da maior quantidade de trabalho gasta na matéria-prima da qual são feitos, e não porque o industrial tenha pago mais aos trabalhadores que empregou para produzir estes bens.

Em todos os casos, as mercadorias encarecem porque é gasto mais trabalho na sua produção, e não porque o trabalho nelas empregado tenha um valor maior. Artigos de joalheria, de ferro, de prata e de cobre não aumentarão, pois nenhum dos produtos agrícolas da superfície da terra participa de sua produção.

Poder-se-ia dizer que parto do princípio de que os salários monetários aumentarão quando aumentar o preço dos produtos agrícolas, mas que isso não é, de modo algum, uma consequência necessária, já que o trabalhador pode contentar-se com um consumo mais reduzido. E verdade que os salários podem ter estado anteriormente num nível mais alto, podendo suportar alguma redução. Assim sendo, a queda dos lucros seria contida. É impossível admitir, porém, que o preço em dinheiro dos salários viesse a diminuir, ou permanecer estacionário, com um aumento gradual do preço dos bens de primeira necessidade. Portanto, podemos tomar como certo que, em circunstâncias normais, todo aumento permanente dos bens de primeira necessidade ocasiona um aumento de salários, ou é por este ocasionado.

Os efeitos sobre os lucros seriam os mesmos, ou quase os mesmos, se houvesse um aumento naqueles outros produtos de primeira necessidade, além dos alimentos, nos quais se gastam os salários. Sendo obrigado a pagar mais por essas mercadorias, o trabalhador teria de pedir salários maiores, e qualquer fator que aumente os salários necessariamente reduz os lucros. Supondo, contudo, que o preço da seda, do veludo, do mobiliário e de outras mercadorias não exigidas pelo trabalhador, aumentasse em consequência de mais trabalho ser necessário para sua produção, isso não afetaria os lucros? Certamente não, pois nada os afeta, salvo o aumento de salários. Sedas e veludos não são consumidos pelo trabalhador, logo não podem elevar os salários.

Deve entender-se que falo dos lucros em geral. Já assinalei que o preço de mercado de uma mercadoria pode ultrapassar seu preço natural ou necessário, se a produção for inferior ao exigido por uma demanda adicional. Porém, isto não passa de um efeito temporário.

Os elevados lucros obtidos pelo capital empregado na produção dessa mercadoria naturalmente atrairão capital para tal atividade. Assim, tão logo a soma de capital requerido seja alcançada, e tão logo a quantidade de mercadorias aumente devidamente, seu preço diminuirá, e os lucros da atividade se ajustarão ao nível geral. Uma queda na taxa geral de lucros não é de forma alguma incompatível com um aumento parcial dos lucros numa atividade particular. É pela desigualdade de lucros que o capital se movimenta de uma para outra atividade. Logo, enquanto os lucros gerais estão diminuindo e colocando-se num nível inferior, em consequência do aumento de salários e da dificuldade cada vez maior de abastecer com gêneros de primeira necessidade uma população crescente, os lucros do arrendatário podem, por um breve intervalo, permanecer acima do nível anterior. Pode também acontecer que uma atividade particular do comércio exterior ou colonial receba, por algum tempo, um estímulo extraordinário, mas a aceitação desse fato não invalida a teoria de que os lucros dependem de salários altos ou baixos, os salários dependem do preço dos bens essenciais, e o preço desses bens depende principalmente do preço dos alimentos, já que a quantidade de todas as outras coisas pode aumentar quase ilimitadamente.

Devemos lembrar que os preços sempre variam no mercado, em primeiro lugar, por causa da situação relativa entre demanda e oferta. Embora o tecido possa ser vendido a 40 xelins por jarda, proporcionando os lucros correntes do capital, seu preço pode aumentar para 50 ou 80 xelins, por causa de modificações na moda, ou por qualquer outra causa que, repentina e inesperadamente, aumente a demanda ou diminua a oferta. Os fabricantes de tecidos terão lucros anormalmente elevados por algum tempo, mas o capital naturalmente fluirá para esse negócio, até que a oferta e a demanda atinjam novamente um nível normal, quando então o preço do tecido diminuirá novamente para 40 xelins, que é o seu preço natural ou necessário. Da mesma forma, sempre que aumentar a demanda do trigo, o preço pode aumentar o bastante para propiciar ao arrendatário mais que os lucros correntes. Se houver muita terra fértil, o preço do trigo baixará novamente ao nível anterior, depois que a quantidade necessária de capital houver sido empregada na sua produção, e os lucros serão como anteriormente. Mas, se não houver abundância de terras férteis, e se, para produzir a quantidade adicional procurada, for necessário utilizar capital e trabalho em quantidades maiores que as habituais, o preço do trigo não voltará ao nível anterior. Seu preço natural aumentará e o arrendatário, em vez de obter permanentemente maiores lucros, será obrigado a satisfazer-se com a taxa menor que resulta inevitavelmente do aumento de salários causado pelo encarecimento dos gêneros de primeira necessidade.

A tendência natural dos lucros, portanto, é diminuir, pois, com o desenvolvimento da sociedade e da riqueza, a quantidade adicional

de alimentos requerida se obtém com o sacrifício de mais e mais trabalho. Essa tendência, como se os lucros obedecessem à lei da gravidade, é felizmente contida, a intervalos que se repetem, pelos aperfeiçoamentos das maquinarias usadas na produção dos gêneros de primeira necessidade, assim como pelas descobertas da ciência da agricultura, que nos permitem prescindir de uma parcela do trabalho antes necessário, e, portanto, reduzir para o trabalhador o preço daqueles bens. O aumento do preço de tais bens e dos salários é entretanto limitado, pois quando os salários chegassem (como no caso apresentado anteriormente) a 720 libras, isto é, equivallessem às receitas totais do arrendatário, a acumulação terminaria, uma vez que nenhum capital obteria lucro, não haveria nenhuma demanda adicional de trabalho e, conseqüentemente, a população teria atingido seu ponto mais elevado. De fato, bem antes dessa fase, a baixíssima taxa de lucros teria detido toda acumulação, e quase todo o produto do país, após o pagamento dos trabalhadores, pertenceria aos proprietários de terra e aos cobradores de dízimos e impostos.

Portanto, chegamos novamente à mesma conclusão que já havíamos antes tentado estabelecer: — que em todos os países e em todas as épocas, os lucros dependem da quantidade de trabalho exigida para prover os trabalhadores com gêneros de primeira necessidade, naquela terra ou com aquele capital que não proporciona renda. Os efeitos da acumulação, portanto, serão diferentes em países diferentes, e dependerão basicamente da fertilidade da terra. Por mais extenso que seja um país, se suas terras forem de baixa fertilidade e se a importação de alimentos for proibida, a menor acumulação de capital será acompanhada de grandes reduções na taxa de lucros e de um rápido aumento da renda. Inversamente, num país pequeno, porém fértil, especialmente se a importação de alimentos for livre, poderá ser acumulado um grande estoque de capital sem nenhuma redução elevada da taxa de lucros nem grande aumento da renda da terra. No capítulo sobre salários tentamos mostrar que o preço em dinheiro das mercadorias não seria aumentado por uma elevação salarial, tanto no caso de ser o ouro — padrão monetário — produzido no país, quanto no caso de ser importado. Se assim não fosse, isto é, se os preços das mercadorias fossem permanentemente aumentados por causa dos altos salários, não seria menos verdadeira a proposição segundo a qual salários elevados inevitavelmente afetam aqueles que empregam trabalhadores, privando-se de uma parcela de seus lucros reais. }

RICARDO

CAPÍTULO VII

SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra.

Em um mesmo país, os lucros, de maneira geral, se situam sempre no mesmo nível, ou diferem somente na medida em que o emprego de capital pode ser mais ou menos seguro e atraente. Não ocorre o mesmo entre diferentes países. Se os lucros do capital empregado em Yorkshire fossem maiores do que os do capital empregado em Londres, este rapidamente se deslocaria de Londres para Yorkshire e assim os lucros se igualariam. Mas, se as terras se tornassem menos produtivas na Inglaterra, devido ao aumento do capital e da população, e, em consequência, os salários aumentassem e os lucros diminuíssem, não se seguiria que a população e o capital necessariamente se mudassem da Inglaterra para a Holanda, para a Espanha ou para a Rússia, onde os lucros pudessem ser mais altos.

Se Portugal não tivesse nenhuma ligação comercial com outros países, em vez de empregar grande parte de seu capital e de seu esforço na produção de vinhos, com os quais importa, para seu uso, tecidos e ferramentas de outros países, seria obrigado a empregar parte daquele capital na fabricação de tais mercadorias, com resultados provavelmente inferiores em qualidade e em quantidade.

A quantidade de vinhos que Portugal deve dar em troca dos tecidos ingleses não é determinada pelas respectivas quantidades de

trabalho dedicadas à produção de cada um desses produtos, como sucederia se ambos fossem fabricados na Inglaterra ou ambos em Portugal.

A Inglaterra pode estar em tal situação que, necessitando do trabalho de 100 homens por ano para fabricar tecidos, poderia, no entanto, precisar do trabalho de 120 durante o mesmo período, se tentasse produzir vinho. Portanto, a Inglaterra teria interesse em importar vinho, comprando-o mediante a exportação de tecidos.

Em Portugal, a produção de vinho pode requerer somente o trabalho de 80 homens por ano, enquanto a fabricação de tecido necessita do emprego de 90 homens durante o mesmo tempo. Será portanto vantajoso para Portugal exportar vinho em troca de tecidos. Essa troca poderia ocorrer mesmo que a mercadoria importada pelos portugueses fosse produzida em seu país com menor quantidade de trabalho que na Inglaterra. Embora Portugal pudesse fabricar tecidos com o trabalho de 90 homens, deveria ainda assim importá-los de um país onde fosse necessário o emprego de 100 homens, porque lhe seria mais vantajoso aplicar seu capital na produção de vinho, pelo qual poderia obter mais tecido da Inglaterra do que se desviasse parte de seu capital do cultivo da uva para a manufatura daquele produto.

Então a Inglaterra entregaria o produto do trabalho de 100 homens em troca do produto do trabalho de 80. Tal troca não poderia ocorrer entre os indivíduos de um mesmo país. O trabalho de 100 ingleses não pode ser trocado pelo de 80 ingleses, mas o produto do trabalho de 100 ingleses pode ser trocado pelo de 80 portugueses, 60 russos ou 120 indianos. A diferença entre um país e os demais, nesse aspecto, pode ser facilmente explicada pela dificuldade com que o capital se transfere de um país para outro em busca de aplicação mais lucrativa e pela facilidade com que invariavelmente se muda de uma para outra região no mesmo país.⁵⁰

Em tais condições, seria indubitavelmente vantajoso para os capitalistas da Inglaterra e para os consumidores de ambos os países, que o vinho e o tecido fossem feitos em Portugal, transferindo-se para lá o capital e o trabalho empregados na Inglaterra na fabricação de tecidos. Nesse caso, o valor relativo de ambas as mercadorias seria regulado pelo mesmo princípio, como se uma fosse produzida em Yorkshire e a outra em Londres; e, se em qualquer outro caso o capital fluísse livremente para aqueles outros países onde pudesse ser mais

lucrativamente empregado, não haveria diferenças entre as taxas de lucro, e os preços reais, ou preços calculados com base no trabalho empregado na produção de mercadorias, não divergiriam senão pela quantidade adicional de trabalho exigido para levá-los aos vários mercados onde fossem vendidos.

A experiência mostra, no entanto, que a insegurança real ou imaginária do capital, quando não se encontra sob o controle imediato de seu proprietário, aliada à natural relutância de todo homem em abandonar seu país natal e suas relações e a submeter-se, com todos os seus hábitos arraigados, a um governo estrangeiro e a novas leis, refreia a imigração do capital. Tais sentimentos, que eu lamentaria ver enfraquecidos, induzem muitos capitalistas a contentar-se com uma baixa taxa de lucros em seu país, em vez de irem buscar uma aplicação mais rendosa para sua riqueza em outros lugares.

Tendo sido escolhidos como meio geral de circulação, o ouro e a prata, pela concorrência comercial, são distribuídos entre os diversos países do mundo de tal forma que se acomodam ao intercâmbio natural que teria lugar se não existissem esses metais e se o comércio entre as nações fosse puramente baseado no escambo.

Assim, os tecidos não serão importados por Portugal a menos que lá possam ser vendidos por mais ouro do que custaria no país do qual foram importados; e o vinho não entraria na Inglaterra a menos que pudesse ser vendido por mais do que custa em Portugal. Se o comércio fosse meramente baseado no escambo, somente poderia prosseguir enquanto a Inglaterra fabricasse tecidos tão baratos que obtivesse uma maior quantidade de vinho, com uma dada quantidade de trabalho empregada na fabricação de tecidos, do que no cultivo de uvas; e também enquanto a indústria em Portugal estivesse sujeita aos efeitos contrários. Imaginemos agora que a Inglaterra descubra um processo de produzir vinho, pelo qual lhe fosse mais interessante produzi-lo do que importá-lo. Uma parcela de capital seria naturalmente desviada do comércio exterior para o interno, e o país deixaria de produzir tecidos para exportação e produziria vinho para o seu próprio abastecimento. O preço monetário dessas mercadorias seria regulado de acordo com essa mudança: aqui o vinho se tornaria mais barato e o tecido continuaria ao preço anterior, enquanto, em Portugal, nenhuma alteração ocorreria nos preços dos dois produtos. O tecido continuaria a ser exportado durante algum tempo, já que seu preço permaneceria maior em Portugal do que aqui. Mas em troca dele seria dado dinheiro, em vez de vinho, até que a acumulação de dinheiro aqui e sua diminuição no exterior afetassem de tal modo o valor relativo do tecido nos dois países que deixassem de ser lucrativo exportá-lo. Se o novo processo de produzir vinho oferecesse grandes vantagens, poderia ser lucrativo para ambos os países trocar de atividades, com a Inglaterra passando a produzir todo o vinho e Portugal todo o tecido

50 Assim, um país dotado de grandes vantagens em maquinaria e em capacidade técnica, e que consiga, portanto, produzir certas mercadorias com muito menos trabalho que seus vizinhos, poderá importar em troca dessas mercadorias parte dos cereais necessários a seu consumo, mesmo que sua terra seja mais fértil e nela os cereais pudessem ser cultivados com menos trabalho do que no país do qual são importados. Dois homens podem fabricar chapéus e sapatos, sendo um deles superior ao outro em ambas as atividades. Mas, ao fabricar chapéus, o mais capaz só pode superar seu competidor em 1/5 ou 20%, e, ao fabricar sapatos, pode superá-lo em 1/3 ou 33%. Não será interessante para ambos, que o mais capaz fabrique exclusivamente sapatos e que o outro se dedique à produção de chapéus?

OS ECONOMISTAS

consumido por ambos. Isso, no entanto, poderia ocorrer com uma nova distribuição dos metais preciosos, o que elevaria o preço do tecido na Inglaterra e o reduziria em Portugal. O preço relativo do vinho diminuiria na Inglaterra, por causa da vantagem real decorrente dos aperfeiçoamentos realizados em sua fabricação: isto é, seu preço natural se reduziria. E o preço relativo do tecido aumentaria, devido à acumulação de dinheiro.